



FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO FINAL

1. Identificação do Projeto

Título do Projeto PIBIC/PAIC

PIB-SA/153/2015 Corrupção e Bem-Estar: Como a literatura econômica trata desta questão?

Orientador

Salomão Franco Neves

Aluno

Ana Karolina Acris Melo

2. Informações de Acesso ao Documento

2.1 Este documento é confidencial?

SIM

NÃO

2.2 Este trabalho ocasionará registro de patente?

SIM

NÃO

2.3 Este trabalho pode ser liberado para reprodução?

SIM

NÃO

2.4 Em caso de liberação parcial, quais dados podem ser liberados? Especifique.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CORRUPÇÃO E BEM-ESTAR: COMO A LITERATURA
ECONÔMICA TRATA DESTA QUESTÃO?

Bolsista: Ana Karolina Acris Melo, CNPq

MANAUS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO PARCIAL

PIB-SA/0153/2015

CORRUPÇÃO E BEM-ESTAR: COMO A LITERATURA
ECONÔMICA TRATA DESTA QUESTÃO?

Bolsista: Ana Karolina Acris Melo, CNPq

Orientador: Prof. Dr. Salomão Franco Neves

MANAUS

2016

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Departamento de Economia e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Departamento de Economia.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar, a partir da literatura econômica existente, o que foi pesquisado acerca das implicações da corrupção para o bem-estar social e, de forma específica, descrever as questões relacionadas a corrupção levantadas pela teoria econômica bem como identificar os critérios para a comparabilidade de estudos que contenham a corrupção em seu objeto. Para tal, a partir de uma pesquisa bibliográfica, será elaborada uma revisão da literatura relacionada ao tema em questão. Para que esta etapa seja realizada de forma a atingir os objetivos propostos, serão levados em consideração os seguintes critérios: 1) O período em que a referencia bibliográfica foi escrita; 2) A forma como o termo corrupção foi discutido; 3) A forma como o termo bem-estar foi discutido; 4) Quais e como os conceitos econômicos foram tratados; e 5) Quais conclusões foram levantadas. Em termos de resultados, foi feita uma pesquisa empírica que dividiu os autores entre aqueles que pesquisaram sobre a corrupção na área microeconômica e aqueles que pesquisaram sobre a corrupção na área macroeconômica. Entre os autores que trabalharam com a abordagem microeconômica, estes utilizaram-se de instrumentos pertencentes à teoria para explicar o comportamento corrupto, como a assimetria de informação, o problema do “carona, a “tragédia dos comuns”, o problema dos bens públicos, a racionalidade dos agentes, a Teoria do Agente- Principal, além das externalidades. Contudo, foi observado que o principal modelo econômico usado para explicar a corrupção sob a ótica microeconômica foi a teoria do principal-agente com as informações assimétricas, onde devido à presença de informações assimétricas, o agente ao possuir mais informações que o principal terá incentivos para agir sobre seu próprio interesse.

Palavras-chave: Corrupção; Bem Estar; Economia.

ABSTRACT

This research aims to investigate, from the existing economic literature, what has been researched about the implications of corruption in social welfare and, specifically, describe issues about corruption raised by economic theory as well as identifying the criteria for comparability studies containing corruption in its object. To do this, from a literature search will be compiled a review of the literature related to the topic. So this step is performed in order to achieve the proposed objectives, the following criteria will be considered: 1) the period for which the bibliographic references were written; 2) The way the term corruption was discussed; 3) The way the welfare term was discussed; 4) Which and how the economic concepts were treated; and 5) What conclusions have been raised. In terms of results, it is expected that these are achieved according to the proposed method. In terms of results, was realized an empirical research by pointing the authors divided among those who searched on corruption in the microeconomic area and those who have researched on corruption in the macro and microeconomic theory. Among the authors who have worked with the microeconomic approach, they used to instruments of the theory to explain the corrupt behavior, such as information asymmetry, the problem of "ride, the" tragedy of the commons ", the problem of public goods, the rationality of agents, the Theory of agent-principal, in addition to the externalities. However, it was observed that the main economic model used to explain corruption in the microeconomic perspective was the principal-agent theory with asymmetric information, which due to the presence of asymmetric information, the agent to have more information than the principal will have incentives to act on their own interest.

Keywords: Inequality; Corruption; Welfare; Economics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 1	37
Quadro 2: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 2	38
Quadro 3: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 3	39
Quadro 4: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 4	40
Quadro 5: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 5	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Corrupção: reflexões sobre o tema.....	13
2.2 Bem-estar: primeiras discussões	15
3. A CORRUPÇÃO SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA.....	19
3.1 A Corrupção segundo a microeconomia.....	19
3.2 A Corrupção segundo a macroeconomia	22
4. AS CORRENTES DE ESTUDO DA CORRUPÇÃO EM ECONOMIA.....	29
4.1 A Corrente Revisionista	30
4.2- A Corrente <i>Rent-Seeking</i>	34
5. CONCLUSÃO	42
6. REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

É comum associarmos corrupção a um ato ilegal no qual dois agentes, um corrupto e um corruptor, travam uma relação “fora da lei”, envolvendo a obtenção de propinas. Mas também, é de senso comum identificar a corrupção como um fenômeno associado ao poder, aos políticos e às elites econômicas. Essa delimitação do fenômeno, que é acompanhada de sua criminalização, é resultado da evolução das regras que regulamentam a ação dos agentes públicos e privados.

No Brasil, a abertura democrática criou um otimismo excessivo em torno da possibilidade de resolverem problemas crônicos do país como corrupção, mecanismo este, que até 1964, era usado como instrumento de retórica para alguns grupos políticos efetuarem mudanças no governo e no sistema, como, por exemplo, os militares. Contudo, hoje percebemos que a democracia não coincide necessariamente com a eliminação da corrupção.

Com o objetivo de criar uma forma de organização onde o homem deixa de obedecer a outro homem, surge a ideia de institucionalização do poder, onde o homem passa a obedecer a uma instituição ou a uma abstração (SILVA, 2000). Segundo estudos do presidente do *Natural Resource Governance Institute*, Daniel Kaufmann, servidores concursados tendem a ser menos corruptos que servidores terceirizados (cargos de confiança) para assumir os cargos públicos federais, diminuindo os riscos de corrupção. No Brasil, como as vagas dos cargos públicos destinados a servidores concursados é mínima, há uma politização dos cargos públicos e um constante uso de instituições públicas como máquinas de promoção pessoal ou de partidos políticos a ela ligados.

As externalidades negativas proporcionadas pela corrupção podem comprometer o bem-estar social, entendido como um conjunto de elementos que proporcionam maior nível de comodidade econômica e satisfação individual ou coletiva. De acordo com a Commission for Rural Communities (2010), o bem-estar econômico de um indivíduo ou de uma sociedade é determinado pela capacidade de acesso a bens, serviços e oportunidades econômicas. Diante disso, tudo o que contribui para expandir a satisfação econômica mostra-se relevante para calcular essa forma de bem-estar.

Segundo Osberg e Sharpe (2002), o bem-estar econômico depende de um conjunto de variáveis, que podem ser agrupadas em quatro dimensões: fluxos de consumo pessoal, estoques de riqueza, distribuição de renda e seguridade econômica. De acordo com os autores, o nível de bem-estar econômico não está sujeito apenas à satisfação individual e no momento presente, mas também à satisfação de toda a sociedade e sua segurança econômica futura.

Muitos aspectos devem ser considerados para avaliar um padrão de bem-estar de uma sociedade. Uma das principais e mais antigas medidas de bem-estar econômico conhecidas é o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita. Este (PIB per capita) ganhou o status de indicador do bem-estar econômico a partir de 1950 por ser facilmente calculado através da base de dados disponíveis na maior parte dos países e permitir a comparabilidade entre estes. No entanto, este indicador não considera em seus cálculos variáveis que captam a distribuição de renda, a expectativa de vida, o nível de gastos desagregados, o estoque de recursos naturais, o nível de desemprego, entre outras características importantes para a mensuração do bem-estar econômico. Diante das críticas ao PIB per capita, em 1990 surge o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se destaca pela fácil interpretação. Entretanto o IDH apresenta, também, diversas limitações, como o fato de não considerar as particularidades regionais, além de não estabelecer critérios para a ponderação atribuída a cada um de seus componentes.

Por outro lado, as duas variáveis comentadas acima possuem uma grande relação. De acordo com a Macroeconomia, o governo (Estado) tem objetivo de gerar bem-estar para a sociedade. Todas as fontes de receita governamental, como tributos e poupanças, devem ou deveriam ser direcionadas para ampliar o bem-estar da sociedade (BLANCHARD, 2007).

Contudo, quando o governo aumenta os seus gastos e esse dinheiro não é usado de forma correta, reduz a eficiência dos gastos públicos. Ao mesmo tempo, o dinheiro recolhido dos cidadãos não é usado de maneira eficiente em bens e serviços públicos. Então, partindo do princípio de que a corrupção pode implicar em má utilização das receitas do governo, alocações corruptas geram alocações ineficientes dos recursos, o que diminui a produtividade dos fatores e as suas remunerações. Dessa forma, o bem-estar

da sociedade é atingido diretamente, além de diminuir a satisfação de todos, pois com menor remuneração as famílias podem decidir poupar menos, afetando o consumo, a poupança e os investimentos. Com isso, o governo deixa de investir, como, por exemplo, na saúde e na educação do país.

A corrupção é um problema antigo que tem recebido, uma atenção destacada, tanto de organizações públicas como de privadas, acerca de sua forma de atuação e seus efeitos sobre o bem-estar da sociedade (CARDOSO, FOCHEZATTO e HELLSECHT, 2006).

Por se tratar de um assunto de extrema relevância, a corrupção relacionada diretamente à economia foi estudada por autores nacionais e internacionais, dentre os quais se destacam os estudos de Silva (2000); Carroso, Fochezatto e Hellsecht (2006); Rose- Ackerman (1978) e Tanzi (1997,1998a).

Sobre essa relação, Silva; Carroso, Fochezatto e Hellsecht concordam que a existência da corrupção estimula a redução dos investimentos privados e do consumo das famílias, ocasionando uma queda na renda do Brasil. Além disso, esses resultados são potencializados quando a origem da corrupção está na ampliação dos gastos do governo.

Já Suzan Rose- Ackerman e Vito Tanzi dedicaram esforços para utilização de instrumentais econômicos na tarefa de analisar as causas e os efeitos da corrupção na economia. Rose afirma que instituições que tem como objetivo governar as relações entre os cidadãos e o Estado estariam sendo utilizadas para buscar o enriquecimento pessoal por meio de benéficos do suborno. Tanzi se dedica aos estudos para estimar os efeitos da corrupção na taxa de crescimento per capita, nos investimentos públicos e na qualidade da infraestrutura. Desse modo, ele afirma que existe uma relação negativa entre a corrupção e a taxa de crescimento da renda per capita e, para uma relação positiva entre corrupção e investimento público. Assim, a corrupção é vista como causa do baixo crescimento econômico de países afetados sistematicamente por essa prática, do empobrecimento relativo e do mal funcionamento do sistema econômico.

Entretanto, há uma considerável escassez de estudos sobre corrupção ligada ao bem-estar social. Dessa forma, esta pesquisa vem no intuito de contribuir para as discussões pertinentes a este objeto de estudo.

Isto posto, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar, a partir da literatura econômica existente, o que foi pesquisado acerca das implicações da corrupção para o bem-estar social. Para tal, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever as questões relacionadas a corrupção levantadas pela teoria econômica
- identificar os critérios para a comparabilidade de estudos que contenham a corrupção em seu objeto.

Quanto ao método, esta pesquisa adotará o dedutivo, posto que a argumentação será estruturada para discutir um fato em particular a partir de uma situação em geral. Isto posto, a partir de uma pesquisa bibliográfica, será elaborada uma revisão da literatura relacionada ao tema em questão. Para que esta etapa seja realizada de forma a atingir os objetivos propostos, serão levados em consideração os seguintes critérios:

- 1) O período em que a referencia bibliográfica foi escrita;
- 2) A forma como o termo corrupção foi discutido;
- 3) A forma como o termo bem-estar foi discutido;
- 4) Quais e como os conceitos econômicos foram tratados; e
- 5) Quais conclusões foram levantadas

No que diz respeito às fontes, a pesquisa bibliográfica será realizada nas bases de pesquisa que contenham textos de economia como:

- Scielo;
- Jstor
- Econpapers
- ScienceDirect

A partir das informações levantadas será possível analisar e comparar a forma como as literaturas nacionais e internacionais em economia tratam do tema e de suas relações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo é destinado à apresentação teórica do tema corrupção, fazendo uma relação dos principais trabalhos que abordam este tema, destacando sua origem e suas causas. Ainda neste capítulo, é feita uma análise do bem-estar econômico, a princípio descrevendo-o de acordo com a microeconomia, depois fazendo mostrando as divergentes opiniões sobre este tema. Além disso, são expostos os principais indicadores de bem-estar, informando suas origens e características.

2.1 Corrupção: reflexões sobre o tema

De acordo com a Transparência Internacional (TI), a corrupção pode ser definida como abuso de poder político para fins privados. De modo geral, a corrupção é um problema que atinge os governos autoritários, neoliberais e de esquerda. Assim, como sua prática não é privativa de países em desenvolvimento, pois também se encontram em maior ou menor grau nos países desenvolvidos. Essas observações sobre este fenômeno, ajuda a eliminar padrões erroneamente determinados pela sociedade de que apenas determinados países sejam corruptos. No entanto, isso não significa que a corrupção aconteça homoganeamente pela sociedade. Na verdade, o nível de corrupção é determinado exatamente em função do regime político e do nível de desenvolvimento econômico de cada país (POWER e GONZALEZ, 2004; JACKMAN e MONTENOLA, 2002).

Para chegar à conclusão que os determinantes do nível de corrupção nos países são os regimes políticos e o desenvolvimento econômico, Power e González (2003), testando a hipótese de que a cultura é uma variável determinante para a prática da corrupção utilizaram outras variáveis como desenvolvimento econômico, democracia, além da variável corrupção. Em seus resultados verificou que o impacto da cultura é notório e real, porém, quando comparada a fatores como a riqueza nacional e a democracia política, ela perde boa parte do seu impacto. Dados os resultados, o desenvolvimento econômico é reconhecido como melhor preditor estatístico da corrupção em nível mundial.

Os resultados da pesquisa de Power e González (2003), é reafirmada pela hipótese de autores, como Jackman e Montenola (2002), que verificaram

que a corrupção declina com o aumento do desenvolvimento econômico, atribuindo esse declínio no comportamento corrupto a salários mais altos no setor público, que criam menos incentivos para práticas corruptas. De acordo com os autores, Lipset e Lenz (2003), outra influência que o nível de desenvolvimento econômico exerce em relação ao comportamento corrupto é que “o custo de punição- encarceramento, ficha criminal, constrangimento, perda de empregos futuros- provavelmente aumenta com a renda”. Além disso, o aumento da riqueza do país estimula um aumento dos níveis educacionais e, conseqüentemente, esse maior nível de instrução aumenta a probabilidade de identificar e punir a corrupção.

Em todo caso, a corrupção enfraquece a democracia gradualmente. Como consequência, essa prática conduz a população ao descrédito de seus governantes e sistemas políticos. No entanto, partindo do pressuposto de Muller e Seligson (1994) de que a democracia promove a confiança interpessoal, é correto afirmarmos que as variáveis democracia, confiança no governo e desenvolvimento econômico têm uma relação inversamente proporcional com a corrupção. Diante disso, altos níveis das primeiras três variáveis causam mais baixos níveis de corrupção.

Novamente, as conclusões de Power e González (2003) são ratificadas pela sugestão de Lipset e Lenz (2000), que afirmavam que “o desenvolvimento econômico também pode reduzir a corrupção por meio de seu impacto importante e positivo na democracia, o que, as evidências sugerem, reduzir a corrupção”.

Sobre a origem deste tema, um grande corpo da literatura considera o patrimonialismo como as “raízes” das práticas de corrupção no Brasil, além de ser visto como forma predominante de corrupção da nossa sociedade. Max Weber usou a palavra “patrimonial” para descrever governos que servem ou favorecem os interesses de uma rede de amigos, familiares, apadrinhados e afiliados políticos que demonstram lealdade aos donos do poder. Herdado de nossa metrópole lusitana, ainda no período da colonização brasileira, as relações de patrimonialismo, clientelismo e nepotismo daquela época tornaram-se vinculadas às práticas políticas do Brasil atual. Assim, para maior esclarecimento, acredita-se que o patrimonialismo se baseia em corrupção (AVRITZER, 2008; HOLANDA, 2009; FAORO, 2004).

Por outro lado, há um crescente número de autores que não atribuem ao patrimonialismo as origens da corrupção. Esta, não está relacionada à aspectos do caráter brasileiro, herdados durante a colonização, como muitos gostam de atribuir a desonestidade como sendo natural à sociedade brasileira. Defendem, também, que a corrupção não é uma característica do ser humano ou um processo do indivíduo, ela é o resultado de incentivos recebidos pela estrutura institucional que existe no Brasil e por práticas moralmente degradantes toleradas no cotidiano (FIGUEIRAS, 2007; CARVALHO, 2010).

De todo modo, a corrupção é um entrave ao desenvolvimento e crescimento dos países. Sua prática promove uma má alocação dos recursos públicos, afetando negativamente o bem-estar da sociedade.

2.2 Bem-estar: primeiras discussões

Por bem-estar, devemos entender que este é um assunto interdisciplinar, onde muitos autores exploram suas diferentes subáreas. Posto isto, o bem-estar, no seu sentido subjetivo (medidas de satisfação com a vida, levando em consideração o afeto e a cognição), é um assunto muito explorado na filosofia e na psicologia. Já na economia, o bem-estar está ligado ao conceito de Utilidade (satisfação pelo nível de consumo de bens e serviços), entretanto muitos autores discordam que a utilidade seja o suficiente para medir o bem-estar de uma sociedade.

Apesar de não explorar diretamente o bem-estar subjetivo, proposto pela psicologia, a nossa análise inclui algumas notas sobre este tema. O foco principal, no entanto, está nas reflexões sobre o bem-estar no sentido econômico.

No contexto histórico da Riqueza das Nações, de Adam Smith, a satisfação da sociedade se baseava no acesso às necessidades humanas primárias, como alimento, abrigo e roupas. No entanto, com o desenvolvimento das indústrias, esses produtos e serviços tornaram-se cada vez mais banais. Embora a revolução industrial tenha levado à uma explosão de bens e serviços, a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria ficou ainda mais evidente, excluindo os benefícios de bem-estar que vêm com o crescimento econômico (Easterlin, 1996).

Diferente de Adam Smith, Bentham (1823), mensurava o bem-estar segundo o modelo de utilidade. Segundo Ele, as sensações de prazer e dor deveriam poder ser estimadas numericamente, usando os conceitos de utilidade. Mais tarde, esse estudo de Bentham serviu de inspiração para muitos economistas que passaram a tratar a utilidade como algo fundamental para o bem-estar social. Para muitos autores, a satisfação com a vida é uma medida direta de utilidade, concluindo que felicidade é dependente de fatores materiais e perspectivas econômicas (FREY e STUTZER, 2002; PINDYCK e RUBENFIELD, 2005; HELLIWELL e HEANG, 2005).

De acordo com a microeconomia, uma escolha ótima no sentido de Pareto é o ponto de partida ao se trabalhar com bem-estar. Dadas as características, a eficiência econômica ocorre quando não for possível melhorar a situação de um agente, sem degradar a situação de qualquer outro agente econômico. Considerando que os agentes têm suas próprias funções de utilidade, conseqüentemente, eles procuram maximizar suas funções. Mas, ao maximizar, compromete a função de utilidade de outro agente. Dadas as preferências de cada agente, presentes na função de utilidade, a economia buscou uma forma de uni-las numa preferência social. Quando falamos preferência social, quer dizer que ela é uma decisão em conjunto, diante disso, nota-se que haverá um problema de eficiência de Pareto. Assim, criou-se a função de bem-estar social, que é uma maneira de classificar diferentes alocações com base apenas nas preferências individuais (VARIAN, 1997).

Segundo a Commission for Real Communities (2010), o bem-estar individual ou de um grupo é determinado pela capacidade de acesso a bens, serviços e oportunidades econômicas no âmbito ambiental e social. Quer dizer, tudo o que contribui para ampliar o nível de satisfação econômica é relevante para a mensuração do bem-estar.

Os indicadores econômicos e sociais, surgiram em razão desta necessidade de conhecer o nível de bem-estar da sociedade. Contudo, o bem-estar não pode ser mensurado com exatidão, assim, devido à dificuldade de operacionalização, o foco das pesquisas sobre este tema tem-se restringido apenas à variável renda.

O principal e, certamente, o mais antigo medidor de bem-estar é o PIB (este, serve apenas para analisar o bem-estar interno do país) e o PIB per

capita (mensura o bem-estar de certo país, comparando-o com o resto do mundo). A partir de 1950, o PIB per capita passou a ser considerado um indicador de bem-estar econômico devido ao fato de ser facilmente calculado através de base de dados disponíveis na maior parte dos países; permite a comparabilidade entre estes; e por ser de fácil compreensão.

Devido à rigidez do PIB per capita e diversas críticas direcionadas à ele, muitos pesquisadores dedicaram-se a formular novos indicadores de bem-estar. Assim, em 1990, surge o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado por Amartya Sen e Mahbub ul Haq (ANAND e SEN, 1994). Este índice destaca-se pela fácil interpretação, que é um fator relevante à transparência e simplicidade na transmissão dos resultados a um público amplo e diversificado.

Em oposição a essas ideias, diversos autores propõem que o bem-estar precisa ser avaliado diretamente, pois há grandes falhas nos indicadores econômicos ao mensurar o bem-estar. Medidas tradicionais de desempenho e desenvolvimento econômico, como PIB, IDH e consumo, não necessariamente refletem a evolução do bem-estar da sociedade. O PIB per capita, exclui de sua metodologia variáveis, como distribuição de renda, a expectativa de vida, o nível de gastos desagregados, o estoque de recursos naturais, o nível de desemprego, o estoque de capital humano, entre outros fatores de grande importância à mensuração do nível de bem-estar econômico de uma sociedade. Da mesma forma que o PIB per capita, o IDH apresenta diversas limitações, como o fato de não considerar as particularidades regionais, além de não estabelecer critérios para a ponderação atribuída a cada um de seus componentes política (MAHLBERGE e OBERSTEINER, 2001; DIENER e SELIGMAN,2004).

Contudo, ainda que o PIB per capita tenha algumas falhas e limitações, este é o único índice que possui uma precisão considerável ao mensurar o bem-estar populacional. Estes indicadores não precisam ser eliminados, apenas complementados, já que importantes aspectos de desenvolvimento não são levados em consideração, tais como situação ambiental, distribuição de renda e estabilidade política (MAHLBERGE e OBERSTEINER, 2001; DIENER e SELIGMAN,2004).

Independente das variáveis utilizadas nos indicadores, analisar o bem-estar da sociedade é importante para os governos de cada país se basearem em sua mensuração para tomarem as melhores decisões políticas.

3. A CORRUPÇÃO SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA

Como já foi mencionado antes, a corrupção é um tema que pode ser abordado por diferentes óticas. Contudo, neste capítulo, a corrupção será tratada pela ótica da Ciência Econômica, apresentando como a literatura econômica lida com esse fenômeno.

Dito isso, a Ciência Econômica analisa o tema da corrupção por meio de uma abordagem microeconômica ou macroeconômica. Na abordagem microeconômica, utilizando modelos comportamentais que maximizam a utilidade, examina-se a existência ou não da corrupção. Por outro lado, a abordagem macroeconômica estuda os efeitos da corrupção sobre variáveis como taxa de crescimento econômico e investimento; a entrada de capital externo; qualidade de infraestrutura básica do país e a relação da corrupção com a taxa de inflação (GARCIA, 2003).

3.1 A Corrupção segundo a microeconomia

Todos os bens de uma economia se distinguem entre bens públicos e bens privados. Estes diferenciam-se quanto a exclusão e a rivalidade. A exclusão acontece quando uma pessoa que não pagou pelo bem é impedida de consumi-lo. Já a rivalidade acontece quando uma mesma unidade de um bem não pode ser consumida por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, ou seja, o uso de um bem econômico por uma pessoa reduz os benefícios para outras. No caso dos bens privados, ele é excludente e rival. Por outro lado, os bens públicos são não excludentes e não rivais. Neste capítulo/ tópico, irá ser abordado os problemas que a não exclusividade dos bens trazem à economia (KRUGMAN et.al., 2015; MANKIWI, 2009; VARIAN, 2006).

Na microeconomia, a provisão de um bem público pode gerar externalidades o que, conseqüentemente, gera falhas de mercado, como é o caso do problema do “carona”. Derivado da “Teoria dos Jogos”, o problema do “carona” ou free-riders, caracteriza-se quando um agente se beneficia de uma ação, sem se esforçar (pagar), como acontece no “dilema dos prisioneiros”, onde cada indivíduo prefere tirar vantagem dos sacrifício dos outros. Dito de outra forma, o problema do carona tem sua origem numa externalidade positiva, ou seja, surge quando alguns indivíduos pagam por um bem que gera externalidade positiva para aqueles que não pagaram. Em decorrência disso,

numa análise microeconômica, as forças do interesse próprio não levam a um nível eficiente ou distribuição adequada dos bens públicos (ELSTER, 1985; PINDYCK, 2006).

Além do problema do “carona”, a não exclusividade dos bens gera um outro problema dentro da economia, chamado de “a tragédia dos comuns”. Esse termo foi usado pela primeira vez por Garret Hardin em 1968, num artigo em que o autor faz uma cautelosa análise sobre os problemas que surgem com o uso de bens comuns. A “tragédia dos comuns” é ligada ao uso dos recursos comuns, que são rivais e não excludentes, que defere-se dos bens públicos pela sua rivalidade, o que quer dizer que o consumo de um recurso comum por um agente não impede que outro agente também o consuma. Contudo, como ele é rival, ao consumir um bem comum, um agente diminui a quantidade disponível para outros agentes.

Dito isso, fica claro que a “tragédia dos comuns” surge de uma externalidade negativa, pois quanto mais usamos deste bem menos temos deste bem disponível para todos, ou seja, o consumo de um bem comum gera uma externalidade negativa para outros agentes, que é uma menor disponibilidade do bem, um custo social imposto à sociedade (KRUGMAN et.al., 2015; MANKIW, 2009).

De acordo com Hardin, o grande problema da “tragédia dos comuns” é que os agentes, sempre que puderem beneficiar-se de um bem comum não terão incentivos suficientes para preservá-lo, ao mesmo tempo que serão tentados a extrair o máximo de vantagem desse bem. Os custos sociais desse problema seria o “sobreuso” desses recursos, resultando na sua exaustão ou degradação.

Desse modo, é importante ressaltar o problema do “carona” e o problema da “tragédia dos comuns” têm ligação direta com o que a comunidade científica chama de pequena e grande corrupção. A pequena corrupção, também chamada de “corrupção do dia a dia” é a forma mais comum de corrupção e, segundo Martin e Daniel Biegelman (2010), tem sido cada vez mais aceita e mais praticada pela sociedade. Furar fila, colar em provas, fazer ligação ilegal de serviços como de televisão a cabo e energia elétrica, oferecer suborno para evitar multas, sonegar impostos, pescar em períodos não permitidos, entre outros, são essas práticas já consideradas

rotineiras para a grande maioria da sociedade que devem ser tidas como perigosas, pois como são vistas como perdoáveis, são elas o ponto de partida para a grande corrupção.

Além disso, o surgimento do problema do carona e da tragédia dos comuns é decorrente da falta de definição dos direitos de propriedade, já que a não exclusividade dos bens públicos e dos recursos comuns faz com que não se possa ser atribuídos a eles um direito de propriedade. Dessa forma, como um indivíduo pode usufruir do bem sem ser obrigado a pagar por ele, ninguém tem incentivo de usá-lo de forma eficiente. Em resumo, o mercado falha na alocação eficiente dos recursos porque os direitos de propriedade não estão claros ou bem estabelecidos.

Ainda segundo a microeconomia, a corrupção está inclusa não somente no/sobre o problema do carona, mas também está inclusa nas informações assimétricas, que, por sua vez, geram outras consequências negativas.

Para explicar a relação da corrupção com as informações assimétricas, iremos usar o modelo principal- agente. De acordo com Lambsdorff (2011), este modelo microeconômico foi inicialmente desenvolvido com o objetivo de analisar as relações entre dois agentes privados, contudo ele tem sido frequentemente utilizado em análises para modelar instituições públicas. Numa situação hipotética, se uma empresa (principal) contrata um funcionário (agente), o principal parte do princípio de que o agente dedique total esforço em seu trabalho, no entanto, enquanto o principal objetiva/demanda o máximo de produtividade dos seus funcionários, o agente quer maximizar seu bem-estar durante sua jornada de trabalho, assim o agente pode enganar o principal quando houver oportunidade. Segundo o modelo principal-agente, a corrupção surge devido à falta de fiscalização sobre o funcionário. Se esses tipos de relações fossem realizadas em um ambiente de informação perfeita, provavelmente não haveria corrupção (Silva,1999). Contudo, a realidade diária nos mostra a presença das informações assimétricas, onde o agente (funcionário) ao possuir mais informações que o principal (empresa) pode agir sobre seu próprio interesse.

Por outro lado, a relação principal- agente pode gerar alguns tipos de problemas, devido à tendência ao oportunismo do agente. Tais problemas são a seleção adversa e o risco moral (Moral Hazard). Como observa Melo (1996:

71) “seleção adversa resulta da não observabilidade da informação, valores e objetivos que marcam as decisões do agente. Enquanto o conceito de risco moral resulta da não observabilidade do comportamento do agente numa situação pós-contratual”.

O problema da seleção adversa ou o oportunismo pré-contratual surge quando um agente detém informação privada antes da decisão sobre um contrato ou acordo, ou seja, essas informações privadas detida apenas pelo agente faz com que apenas ele tenha conhecimento sobre sua competência, qualificação, honestidade e comportamento. Dito de outra forma, a assimetria de informação impede que o principal saiba exatamente as informações pessoais do agente (GARCIA, 2003).

Já o risco moral (Moral Hazard), surge dos problemas subjacentes à criação dos contratos. Mais precisamente, o risco surge quando um agente não pode monitorar as ações de outro agente após ser firmado o contrato, assim o ultimo tentará maximizar sua utilidade através/ valendo-se de falhas, brechas ou omissões contratuais. Desse modo, em um ambiente que permite oportunidades e incentivos, o risco moral permite que a ação corrupta não possa ser observada.

Em síntese, a corrupção surge como um problema de seleção adversa e de risco moral, em outras palavras a corrupção e, conseqüentemente, as já mencionadas falhas de governo, aparecem como um custo da falta de informação (ARROW, 1963).

Como visto, a corrupção tem seus efeitos num ambiente micro, porém veremos na seção seguinte que os mesmos problemas microeconômicos podem ser aplicados num ambiente macro ela também gera extremas conseqüências no ambiente macro.

3.2 A Corrupção segundo a macroeconomia

A Ciência Econômica, para fins de mensuração das atividades produtivas, considera a presença de quatro tipos de agentes econômicos (indivíduos, empresas, governo e setor externo). Na microeconomia, o estudo desses agentes é feita de maneira individualizada, onde é possível isolar um elemento representativo do grupo, e este representará o padrão de comportamento dos demais. Diferente da análise micro, a macroeconomia trata

das inter-relações que existem entre os agentes (CLETO et.al., 2002; BACHA, 2004).

Somado à isso, os agentes econômicos relacionam-se em, pelo menos, dois mercados (mercado de fatores e mercado de bens e serviços). A análise dos quatro agentes econômicos ou apenas uma parcela deles leva à diferentes representações do sistema econômico. Quando consideramos apenas os indivíduos e as empresas, desconsiderando a existência do governo, além de um regime de autarquia (ausência do comércio internacional), estamos nos referindo à uma representação simplificada do sistema econômico denominada de fluxo circular da renda.

De acordo com Giambiagi e Além (2008), a presença do governo na economia é necessária por conta que o sistema de mercado é incapaz de exercer todas as funções econômicas sozinho. A intervenção governamental é justificada por quatro pontos importantes que serão analisados individualmente, verificando como a corrupção pode atuar sobre cada um delas. Logo, a operação do sistema de mercado necessita de uma série de contratos que dependem da proteção e da estrutura legal implementada pelo governo.

Como já vimos antes, a corrupção parte da micro para a macro, em outras palavras, ela parte dos vícios de comportamento dos particulares (setor privado) que constituem o setor público (Estado). Para retratar a primeira justificativa dado por Giambiagi para a presença do comércio na economia, iremos utilizar as licitações públicas.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, enuncia a obrigatoriedade das licitações. Estas são um procedimento onde a administração pública escolhe a proposta de empresas públicas ou privadas para o fornecimento de bens ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal. Tais escolhas são feitas de forma a considerar as propostas que parecerem mais vantajosas à Administração Pública.

Na teoria, as licitações são praticadas para que o governo compre e contrate serviços de acordo com a lei. Contudo, ao longo desse processo podem aparecer “caronas”, tanto por parte do Estado (contratante) quanto da empresa (contratada), que geram uma externalidade negativa à população, sendo esta a maior prejudicada devido a ineficiência das contratações públicas. Deve-se destacar o fato de que as propinas pagas não veem dos recursos das

empresas, e sim do consumidor final que utiliza os serviços não oferecidos pelas empresas que fraudam o processo licitatório em acordo com o gestor público.

Diante disso, é inegável a importância da licitação promovida pelo Estado, por ela ser um instrumento fundamental para garantir a igualdade de todos perante a lei, contudo tais formas de desvio de recursos públicos supracitados, caracterizados pelo o que a microeconomia chama de “caronas” que estão infiltrados nas relações entre os agentes econômicos, impedem que a renda do governo seja alocada de maneira eficiente e transparente.

Mesmo se os mercados funcionassem sob concorrência perfeita, o que de fato não acontece, as características de produção ou consumo de determinados bens são tais que eles não poderiam ser fornecidos pelo mercado. A existência de bens públicos e externalidades, dá origem à falhas no sistema de mercado, que levam à necessidade de soluções através do setor público.

A teoria econômica do bem-estar social diz que mercados que operam em competição perfeita, alocam seus recursos de maneira que um indivíduo, ao aumentar seu grau de satisfação, não diminua a satisfação de outro indivíduo. Situação essa chamada de Ótimo de Pareto. Contudo, na realidade as economias não funcionam sob concorrência perfeita, além disso as “falhas de mercado” impedem que a economia chegue ao ótimo de Pareto. Diante disso, a literatura afirma que para chegar a essa situação ótima, é necessária a intervenção governamental.

Como foi mencionado no tópico passado, devido a não exclusividade e não rivalidade, características dos bens públicos, geram problemas no seu fornecimento que, em teoria, deveria beneficiar a todos igualmente, acabam por beneficiar alguns mais que outros.

A principal questão acerca dos bens públicos é como distribuir seus custos de produção entre a sociedade Levando em consideração que este bem será consumidos por todos, independente da sua parcela de contribuição, é esperado que alguns indivíduos subestimem os benefícios dos bens públicos, no intuito de diminuir sua parcela de contribuição.

Além disso, a “não-rivalidade” do bem estimula o aparecimento de “caronas”, usufruindo do bem sem pagar por ele. Por conta dos problemas

mencionados, o fornecimento de bens públicos passou a ser responsabilidade do governo, que financia a provisão desses bens por meio da cobrança de impostos (GIMBIAGI & ALÉM,2008).

Outra falha de Mercado, também já abordada no tópico anterior, é a externalidade. Uma externalidade é o efeito de uma ação sobre a utilidade de terceiros, ademais ela é definida a partir de um indivíduo que não age, e é sobre este indivíduo passivo que recaem os custos ou benefícios de uma ação realizada por terceiros. Além disso, as externalidades mostram como a propriedade comum tende a ser utilizada mais descuidadamente que a propriedade privada, ou seja, o indivíduo tem um maior incentivo para utilizar o máximo da propriedade comum, a fim de maximizar sua utilidade marginal.

Diante disso, tomemos como exemplo o escândalo da merenda escolar que aconteceu no início do ano de 2016¹. Segundo a Folha de São Paulo, o esquema da merenda escolar aconteceu como forma de burlar a lei federal de 2009, que permite que 30% dos recursos repassados ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) ao Estado para a compra a comprar produtos da merenda escolar da agricultura familiar sem a necessidade de licitações, apenas por meio de chamada pública.

Assim, para participar das chamadas públicas, a Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) precisava comprovar que seus produtos vinham da agricultura familiar por meio de uma DAP jurídica (documento de procedência dos produtos). Para isso, a Coaf utilizou DAPs de pequenos agricultores que não sabiam que estavam cooperados, superfaturando os produtos. Na verdade, grande parte dos produtos eram comprados em grandes produtores.

Nesse caso, mais uma vez, a corrupção surgiu de uma externalidade positiva para os organizadores (caronas) dos esquemas da merenda, causando uma externalidade negativa aos pequenos agricultores que tiveram sua propriedade danificada. Visto isso, as externalidades resultam numa ineficiência de Pareto. Na literatura, o governo aparece como solução para essas externalidades negativas causadas pela má definição dos direitos de propriedade. A forma que o governo encontra de solucionar o problema é cobrando impostos que corrigem a situação ineficiente, chamados de impostos

¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756723-prova-de-escandalo-da-merenda-some-da-secretaria-de-educacao-de-sp.shtml>

de Pigou (economista Arthur Pigou), cujo nível eficiente deve ser igual ao prejuízo marginal externo (VARIAN, 2006; PINDYCK e RUBINFELD, 2006)

O livre funcionamento do sistema de mercado não garante, necessariamente, o elevado nível de emprego, a estabilidade dos preços e a taxa de crescimento do PIB desejada pela sociedade. Sendo assim, a ação do governo é fundamental para assegurar esses objetivos.

Apesar do sistema de mercado operar em uma situação ótima, ele pode não atingir o bem-estar esperado pela sociedade. Para tal, é necessária a intervenção estatal com a finalidade de promover políticas públicas eficazes a favor da população. É neste sentido que o governo usa uma política fiscal progressista na intenção de otimizar a alocação de recursos/ ativos na economia.

Segundo Giambiagi e Além (2008), a política fiscal possui três funções básicas: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. A função alocativa diz respeito ao fornecimento de bens públicos que fica a cargo do governo. Por conta da não-rivalidade e da não exclusividade dos bens públicos, além do surgimento de caronas que podem utilizar os bens públicos sem contribuir com o pagamento do bem, garantindo-se de que o resto da população irá pagar. Contudo, devido à racionalidade dos agentes, que provavelmente seguiriam a mesma conduta, o financiamento dos bens públicos não pode ser feita de forma facultativa. Assim, o fornecimento dos bens públicos é financiada pela arrecadação tributária feita pelo governo.

Além disso, é durante as eleições que os eleitores expõem quais os bens públicos irão maximizar sua utilidade, além de quanto estariam dispostos a contribuir tributariamente para a provisão desses bens. Inclusive, os bens “semipúblicos” ou “meritórios”, que são excludentes², e assim são explorados pelo setor privado, também são fornecidos pelo Estado e financiados por meio da cobrança de impostos. O governo assume a responsabilidade de prover esse tipo de bem por ele gerar um maior bem-estar social e externalidades positivas à população.

Por outro lado, a função distributiva da política fiscal se refere aos ajustes na distribuição de renda dentre a sociedade com o objetivo de

² De acordo com Varian (2006), a exclusividade é quando duas pessoas não podem consumir um bem ao mesmo tempo, característica principal dos bens públicos

maximizar os resultados positivos sobre a vida da população. Para isso, o governo utiliza instrumentos, como: transferências, impostos e subsídios.

Primeiramente, por meio do processo de transferências, o governo pode cobrar impostos de acordo com o nível de renda de cada contribuinte. Pessoas com maior renda serão taxadas com impostos à altura de sua renda, já as pessoas de baixa renda serão subsidiadas pelo governo.

Assim, por meio dos recursos arrecadados dos indivíduos com a renda mais alta, o governo pode financiar programas direcionados para a parcela da população com baixa renda, com o objetivo de completar a renda desses indivíduos. No Brasil, temos o Bolsa Família, considerado como o maior programa de transferência de renda do mundo, que tem compromissos de direitos sociais, na área da saúde, educação e assistência social. Isto posto, esse programa de transferência cumpre um papel importante na ampliação do orçamento familiar dos mais pobres (COELHO et al., 2010)

Por fim, o governo pode impor tarifas diferenciadas de acordo com os tipos de bens, como alíquotas mais altas para bens de “luxo” consumidos por indivíduos de maior renda, e cobrar alíquotas menores para bens que compõem a cesta básica. Dessa forma, o governo está subsidiando a produção de bens de primeira necessidade.

Finalmente, a função estabilizadora que faz uso das políticas econômicas (fiscal e monetária) para garantir um alto nível de emprego, estabilidade nos preços e a obtenção de uma taxa ótima de crescimento econômico, protegendo a economia de flutuações.

Considerando que essas flutuações são decorrentes de uma insuficiência ou excesso na demanda agregada, controlar a demanda agregada é a maneira mais adequada que o governo encontra para estabilizar a economia.

Diante disso, a política fiscal pode apresentar-se de maneira direta, por meio da promoção de gastos públicos em consumo ou investimento, ou indiretamente, por meio da redução das alíquotas dos impostos, que promove um aumento da renda dos agentes privados. Assim, em uma situação de recessão, o governo pode promover uma política fiscal expansionista, como o aumento de seus gastos em consumo e/ ou investimento, que resultam num aumento da demanda agregada e, por conseguinte, resulta num aumento da

taxa de desemprego e renda. Por outro lado, o governo também pode promover uma política fiscal contracionista, no caso de um alto nível de inflação, por exemplo, reduzindo a demanda agregada, por meio de uma diminuição de seus gastos ou aumentando a alíquota dos impostos, que resultaria numa queda do nível de renda e, conseqüentemente, diminuiria o nível de consumo na economia.

Uma outra alternativa do governo agir sobre a demanda agregada seria utilizar-se da política monetária. Em caso de uma recessão econômica, o governo pode promover uma política monetária expansionista, diminuindo a taxa de juros, que estimulará o investimento, aumentando assim a demanda agregada e o nível de renda da economia.

Somado à isso, estudos como o de Kaminski, Reinhart e Vegh (2004) afirmam que a corrupção está ligada à países em que a política fiscal é de natureza pró-cíclica (política em que aumentos no produto real levam a aumentos discricionários nos gastos públicos e/ou corte de impostos), que é o caso brasileiro. Os agentes que fazem parte de economias que possuem esse tipo de política fiscal, não confiam o gerenciamento dos recursos orçamentários aos governos considerados corruptos. Utilizando o modelo do principal-agente, sendo os contribuintes o agente e o governo o principal, em países onde a corrupção é presente no sistema econômico, os contribuintes costumam acreditar que qualquer receita adicional do governo será desviada de sua verdadeira finalidade em detrimento da minoria. Por conta disso, os contribuintes demandam maiores gastos governamentais ou corte nos impostos em períodos de expansão econômica, temendo que a renda extra seja desperdiçada (GADELHA et.al.,2013).

Finalmente, de acordo com o que foi discutido é possível verificar que a corrupção pode afetar de forma significativa no sistema econômico. De forma a considerar o objetivo central desta pesquisa, torna-se necessário a sistematização da forma como esta questão é tratada. Esta necessidade será o ponto de partida do próximo capítulo.

4. AS CORRENTES DE ESTUDO DA CORRUPÇÃO EM ECONOMIA

No capítulo passado, vimos que no que se diz respeito à corrupção, a abordagem microeconômica tem influência direta sobre a abordagem macroeconômica, tanto positivamente quanto negativamente. Em síntese, a corrupção é considerada um imposto, um custo adicional que deve ser incidido com o fim de obter um serviço público, de um produto ou de um favor que interfere na alocação eficiente dos recursos. Conforme foi discutido ao longo da fundamentação teórica, dentro de um mercado competitivo a remuneração dos fatores de produção depende da sua produtividade. Assim, alocações corruptas devem causar alocações ineficientes dos recursos, afetando negativamente a produtividade dos fatores e suas remunerações. Como consequência dessa menor remuneração, as famílias decidem poupar menos, afetando a poupança e o investimento. Além disso, uma menor remuneração do capital pode fazer com que investidores desloquem seu capital para países com menor índice de corrupção.

Diante disso, nos últimos anos, uma quantidade significativa da literatura econômica direcionou seus estudos em pesquisas que confirmam a influência direta da corrupção sobre o desenvolvimento dos países. Entretanto, ao relacionar a corrupção com o crescimento econômico, esta pode assumir diversas configurações. Neste sentido, na literatura internacional, surgiram duas correntes teóricas que analisam o impacto da corrupção sobre o crescimento, são elas: a corrente revisionista e a corrente *rent-seeking* (busca de renda) (GARCIA, 2003). Ademais, a área de estudo de cada corrente é dividida entre aqueles que focaram no âmbito macroeconômico e aqueles que focaram no âmbito microeconômico.

Deste modo, o capítulo será formado por duas sessões que mostrarão as duas correntes econômicas sobre o estudo da corrupção. A sessão 3.1 abordará a corrente revisionista, além de citar os trabalhos de seus principais autores. Já a sessão 3.2 tratará sobre a corrente *rent-seeking*, retratando os trabalhos de seus principais autores. Além disso, ela irá discutir sobre algumas conjecturas sobre a influência da corrupção sobre o bem-estar econômico da sociedade.

4.1 A Corrente Revisionista

A corrente revisionista foca nos aspectos positivos da corrupção, argumentando que, em algumas exceções, esta pode ser benéfica por apresentar uma relação positiva com o crescimento econômico, estimulando a eficiência econômica e a alocação dos recursos. Os principais estudos contribuintes dessa corrente são de Leff (1964), Huntington (1975), Nye (1964) e Bardhan (1997).

Com o nascimento da Escola Funcionalista em 1960, as ideias da corrente revisionista passaram a ganhar maior destaque. Um de seus primeiros autores foi Leff (1964), que ao estudar sobre a relação da corrupção com o crescimento, classificou-a como benéfica, em síntese, isso se deve por conta que, em países em processo de desenvolvimento, a corrupção pode eliminar ou acelerar a burocracia existente nessas nações. Retirado o entrave dos processos burocráticos, as firmas irão se tornar mais competitivas, visto que maiores regulamentações são recebidas como um custo a mais para as empresas. Leff, argumentava que documentos e benefícios adquiridos de forma corrupta, seriam destinados à aqueles que estivessem mais dispostos a pagar, uma vez que estes são os mais eficientes.

Além disso, para Leff (1964) a maior eficiência do sistema econômico alcançada devido à corrupção burocrática, não resultaria numa má distribuição dos recursos, no longo prazo, diante do pressuposto que a política aloca seus recursos de maneira eficiente, esses benefícios tenderão a ir para os empresários que possuem menor custo.

Bem como Leff (1964), Huntington (1968), um outro autor da corrente revisionista, afirma que a corrupção agiliza os processos burocráticos presentes nas economias em desenvolvimento, além do fenômeno ser uma consequência de países em desenvolvimento. Partindo da hipótese que esses países estão em processo de industrialização, ou seja, modificando sua estrutura econômica, isto resultará numa diferença nos ritmos de evolução entre crescimento econômico e desenvolvimento político, por esta última não conseguir acompanhar a primeira. Assim, corrupção surge como uma opção às necessidades do sistema econômico.

Outro aspecto que Leff (1964) e Huntington (1968) apud Garcia (2003) concordam é de um maior estímulo ao crescimento econômico através de duas

práticas de corrupção. A primeira, por meio do mecanismo de corrupção de *Speed Money* incitam os agentes privados a acelerarem a burocracia existente nos países. A segunda, o suborno direcionado aos funcionários públicos, funcionaria como estímulo para que estes maximizassem sua produtividade no trabalho. Assim, de acordo com os autores, a corrupção é vista como uma boa opção para alcançar a eficiência burocrática, fazendo com que os agentes consigam obter maiores facilidades da legislação, agindo dessa forma até o ponto em que as facilidades cheguem a outras camadas da população, promovendo um maior bem-estar social.

Somado à isso, Huntington (1975:82) afirma que em ambientes com alta burocracia e regulações excessivas, a corrupção é vista como o “óleo” necessário para funcionar os mecanismos já desgastados.

Nye (1967), que também divulgava as ideias revisionistas, ao fazer uma análise dos benefícios que a corrupção poderia trazer a uma nação, afirma que a corrupção é algo maléfico somente quando o dinheiro é direcionado à bancos estrangeiros. Caso contrário, se este dinheiro permanece no país do qual foi desviado, a corrupção passa a ser algo positivo, já que os recursos desviados irão ser empregados na própria economia. Partindo do mesmo pensamento que Nye (1967), Johnson (1975) apud Sobral (2014), sugere que a corrupção pode aumentar a taxa de crescimento, supondo que o agente corrupto irá investir grande parte da sua renda ilegal no consumo e na poupança do país.

Diferente dos outros autores já citados, Bardhan (1997) apud Ugur e Dasgupta (2011), direciona seus estudos à corrupção dentro da área microeconômica. Para o autor, a corrupção funciona como instrumento que otimiza a alocação dos recursos da economia, uma vez que inserido no mercado discriminador de preço favorecem investidores mais eficientes, a partir do argumento de que empresas que possuem rendimentos de escala são mais capacitadas a pagar maiores subornos.

Scott (1971:275-277) apud Garcia (2003), autor que também estuda as consequências da corrupção no âmbito macroeconômico, sugere que por meio de relações clientelistas, a corrupção é capaz de integrar a sociedade politicamente e otimizar o processo produtivo. Huntington (1975:82), reafirma a hipótese do autor, ao afirmar que a corrupção é um meio para uma maior

participação política e ao acesso de novos grupos ao sistema, conseqüentemente, isto irá evitar uma tensão política durante os períodos de rápida expansão ou contração econômica.

David Osterfeld (1992), se adequa às duas correntes de pensamento, tanto à revisionista, quanto à *rent-seeking*, pelo fato de dividir a corrupção em expansiva e restritiva. A corrupção expansiva é benéfica pelo fato de estar presente em ações que estimulam a competitividade e flexibilidade da economia, em outras palavras, ela maximiza a alocação e o uso dos recursos econômicos. Por outro lado, a corrupção restritiva é nociva, pois ela permite trocas ineficientes dentro do mercado, assim firmas improdutivas continuam inseridas no mercado.

Klitgaard (1994:46), que também estudou a corrupção no âmbito micro, foi um dos primeiros autores a analisar os custos de oportunidade em combater ou não a corrupção. Para ele, a sociedade deve buscar um nível ideal de corrupção, partindo da premissa que existe um ponto ótimo entre o custo de financiamento de combatê-la e o custo da sua permanência. Assim, a corrupção deve ser combatida até o ponto em que os custos direcionados ao seu combate seja menor que os benefícios alcançados com sua redução. Além disso, de acordo com o autor, a corrupção pode ser algo positivo em certas organizações do sistema econômico. Em sistemas onde bens e serviços são distribuídos por meio de filas, política, seleção aleatória ou “mérito”, a corrupção tenderá a distribuir os bens a partir da disposição e da capacidade de pagar de cada agente, alocando os bens nas mãos daqueles que mais os valorizam, ou que irão usá-los de modo mais eficiente.

Apesar de ser uma corrente considerada antiga, existe na literatura moderna uma gama de autores que confirmam as ideias do modelo revisionista nos resultados de suas respectivas pesquisas.

Henrique e Ramos (2011), ao analisarem quantitativamente a relação existente entre corrupção e desenvolvimento dos estados de Pernambuco, a partir de um índice de corrupção criado a partir dos relatórios de fiscalização da CGU, constataram que a corrupção apresenta efeitos positivos e negativos sobre a parcela dos gastos públicos investidos em relação ao PIB municipal. Em outras palavras, afeta positivamente em municípios onde o nível de corrupção é maior por conta que os administradores públicos direcionam

grande parte do orçamento administrativo para obras públicas, com a intenção de apropriar parte desses recursos para si. Já o lado negativo, justifica-se pelas irregularidades na aplicação dos recursos ou o não – cumprimento do que foi acordado, ou seja, os recursos não são utilizados em sua totalidade para o que foi destinado. Esta pesquisa é reafirmada pelos trabalhos de Nye (1967) e Johnson (1975), as quais foram mencionadas ao longo deste capítulo.

A pesquisa de Henrique e Ramos (2011) é reafirmada, em certo ponto, pelo trabalho de Sobral (2014), que tinha como objetivo verificar os efeitos da corrupção sobre o crescimento econômico, porém no aspecto regional brasileiro. Os resultados da pesquisa descartam uma correlação linear entre a corrupção e crescimento econômico, afirmando que esta possui tanto uma correlação positiva quanto uma negativa, ou seja, em estados menos corruptos a corrupção estimula o crescimento, ao mesmo tempo que em estados mais corruptos ela reduz o crescimento. Além disso, verificou-se que existe um limite para que a corrupção seja interpretada como algo benéfico ao crescimento, em outras palavras, um nível aceitável de corrupção, no qual o custo de investigação da corrupção é igual aos valores desviados, isto quando o índice corresponder a um valor menor ou igual a 0,4347.

Semelhante aos resultados de Sobral (2014), a pesquisa de Méndez e Sepúlveda (2006), além da pesquisa de Dartanto (2010), também afirmam que existe uma relação não linear entre a corrupção e o crescimento, onde ela é considerada benéfica ao crescimento nos lugares onde seus níveis de incidência são baixos, caso contrário, é considerada destrutiva quando é encontrada em altos níveis. A diferença é que Dartanto (2010), ao estudar a existência de uma relação linear entre corrupção e crescimento econômico nos municípios da Indonésia, utilizou os métodos da teoria dos jogos para tanto.

Ainda sobre a corrente revisionista, a pesquisa feita pelos pesquisadores Rock e Bonnett (2004) sobre as economias recém industrializadas do Leste Asiático, é confirmada por uma das primeiras pesquisas do revisionista Leff (1964), que afirmou que a corrupção é vista como algo positivo em economias em processo de industrialização. Segundo Rock e Bonnett (2004), com o objetivo de testar a teoria de que a corrupção tem o efeito de reduzir e/ou retardar o crescimento, os pesquisadores fizeram uma análise em países do Leste Asiático, onde comprovaram que a teoria de que a corrupção é um

entreve ao crescimento na maioria dos países em desenvolvimento. Entretanto, em novas economias industrializadas a corrupção promove um significativo crescimento econômico por meio das trocas estáveis, acarretando benefícios de privilégios mútuos do governo para subornos e propinas.

Méon e Weill (2010), em sua pesquisa empírica, objetivaram fazer uma relação entre eficiência, corrupção e diferentes níveis de governabilidade, os resultados mostraram um efeito negativo da corrupção em economias que possuíam uma governança eficaz, mas possuía um efeito positivo em economias que eram governadas de maneira ineficaz.

4.2- A Corrente *Rent-Seeking*

Contrária à corrente revisionista, a corrente moderna *rent-seeking* (busca de renda), considera a corrupção um entrave ao crescimento, pois, para essa corrente, a corrupção é uma atividade que busca por renda (*rent-seeking*), provocando uma má alocação dos recursos, comprometendo a eficiência dos recursos, e assim afetando negativamente o crescimento econômico. Os principais seguidores dessa corrente são: Mauro (1995), Mo (2000), Podobinik et al. (2008).

Mauro (1996), foi um dos primeiros pesquisadores dentro da literatura a analisar a corrupção dentro do âmbito macroeconômico, estudando o impacto da corrupção sobre os agregados macroeconômicos. Utilizando dados cross-section e o índice de corrupção da Business Internacional (BI), sua gama de pesquisas sobre o assunto, chegaram a resultados que ressaltam os efeitos negativos da corrupção sobre o crescimento econômico, produtividade do setor público, investimento e instabilidade política.

O trabalho de Mo (2000) reafirma o trabalho de Mauro (1996), ao constatar o impacto negativo da corrupção sobre o crescimento econômico, retardando seu crescimento por meio de desincentivos ao investimento. Ao realizar sua pesquisa principalmente no âmbito microeconômico, Mo (2000) argumenta que a corrupção pode levar a uma maior eficiência da economia por conta que ao pagar propina ao burocrata, o governo irá fornecer serviços de maneira mais eficiente à esses empresários, suavizando as operações. Contudo, a corrupção afeta negativamente as atividades de inovação, já que

estes precisam de bens fornecidos pelo governo (licenças, quotas de importação), mas não têm dinheiro o suficiente para pagar subornos. A consequência disso é a diminuição do investimento privado e uma desigualdade de oportunidades dentro da economia.

Svensson (2005), outro autor da corrente *rent-seeking*, estudou a corrupção sobre as duas áreas econômicas, micro e macro. Em seus resultados ele mostra uma diferença do impacto da corrupção sobre o crescimento e desenvolvimento na micro e na macro. Assim, ele sugere que, microeconomicamente, a corrupção dificulta o desenvolvimento do país, contudo, no cenário cross-country, a pesquisa não encontrou evidências de que a corrupção afete o crescimento.

Com o objetivo de medir os efeitos da corrupção sobre o desenvolvimento dos países, Hayashi (2012), utilizando os dados do Índice de Percepções da Corrupção – *Corruption Perception Index* – CPI, da Transparência Internacional, e do Índice de Controle da Corrupção, confirmou que a corrupção afeta negativamente o desenvolvimento econômico do país. Isto se deve ao fato de que quanto maior a corrupção no país, maiores são os riscos de investimento na economia deste país, com isso haverá uma redução dos níveis do Produto Interno Bruto. Este trabalho é reafirmado pelo trabalho de Pedobinik et al. (2008), que ao analisar o comportamento dos investimentos internacionais diante da presença da corrupção, evidenciaram uma relação negativa mais que proporcional, assim, se o país reduzir a corrupção em 1%, sua taxa de crescimento aumentará em 1,7%.

Carraro et al. (2006), com o objetivo de analisar o comportamento das variáveis econômicas submetidas à corrupção e quantificar o volume de recursos perdidos com a prática no Brasil, os autores utilizaram o modelo de equilíbrio geral encontrado em sua outra pesquisa feita em 2003. Segundo os resultados da pesquisa, cerca de 11% do PIB é tido como o custo da corrupção, além disso a presença de corrupção causou uma queda dos investimentos privados e do consumo das famílias, levando à uma queda na renda do Brasil.

Por fim, Gordin (2008), ao procurar uma relação entre os índices de percepção da corrupção e o produto interno bruto per capita de países latino americanos, evidenciou uma relação negativa entre a corrupção e o crescimento

econômico nesses países. Contudo, duas variáveis parecem ter mais relevância que a corrupção no que diz respeito ao estímulo ou desestímulo do crescimento econômico, são o grau de abertura da economia e tamanho do governo.

Diante disso, na intenção de verificar como a literatura econômica relaciona a corrupção e o bem-estar, ao longo desta pesquisa empírica foi evidenciado que os autores que dedicaram seus estudos à corrupção dentro do escopo econômico não associam diretamente os efeitos perversos ou não desta sobre o bem-estar na sociedade. Contudo, os resultados mostrados pelos autores nos permite fazer algumas conjecturas sobre o tema.

Independente da vertente seguida por cada autor, observa-se que existe uma relação significativa entre corrupção e bem-estar tanto positiva quanto negativa. Aqueles autores que procuravam uma relação entre corrupção e crescimento econômico foi observado uma relação indireta entre corrupção e bem-estar. Dado que para medir as taxas de crescimento esses autores utilizaram o indicador PIB per capita, que apesar de suas limitações e críticas, é o indicador mais utilizado para medir o bem-estar social por sua melhor precisão.

Assim, os resultados das pesquisas dos autores da corrente re-seeking (Mauro, 1996; Mo, 2000; Svensson, 2005; Hayashi, 2012; Pedobinik, 2008; Carraro, 2006; Gordin, 2008), confirmam que a corrupção afeta negativamente o bem-estar da sociedade, dado que se a corrupção consome parte do PIB do país ou retarda seu crescimento, afetará diretamente a variável renda, variável esta que determina o nível de bem-estar comprometido. Dito de outra forma, a renda determina a capacidade de acesso aos bens e serviços influenciando o nível de satisfação dos agentes econômicos.

Por outro lado, alguns autores da corrente revisionista (Left, 1964; Nye, 1967; Johnson, 1975; Henrique e Ramos, 2011; Sobral, 2014; Méndez e Sepúlveda, 2006; Dartanto, 2010; Rock e Bonnett, 2004) que também direcionaram suas pesquisas na procura de uma associação entre corrupção e o crescimento econômico, foi verificado que a corrupção afeta positivamente o bem-estar da sociedade, a justificativa é dada pelo fato de que esta tem capacidade de agregar ao PIB do país, afetando de maneira positiva a variável renda.

Autores revisionistas, como Bardhan (1997), verificou-se que a alocação de recursos de forma eficiente pode gerar o bem-estar de forma ambígua, com efeitos positivos e negativos. O bem-estar influencia positivamente as instituições e as empresas por conta da discriminação de preços, contudo, os consumidores terão uma diminuição do seu bem-estar, pois a discriminação de preços diminuirá a sua renda.

Já na pesquisa de Scott (1971:275-277), observa-se que o efeito sobre o bem-estar seria ambíguo, pois uma maior instituição política permitiria uma maior facilidade em conseguir implementar políticas públicas, mas, por outro lado, não necessariamente.

Por último, os resultados de David Osterfeld (1992) mostraram que os efeitos sobre o bem-estar também são ambíguos, com aspectos positivos e negativos. A corrupção expansiva é benéfica (gera bem-estar) até certo ponto, contudo, a corrupção restritiva possui um efeito negativo sobre o bem-estar. Semelhante à esse resultado, a pesquisa de Klitgaard (1994) verifica que a corrupção pode trazer benefícios de bem-estar, desde que haja o nível ótimo de corrupção.

Finalmente, os aspectos principais dos estudos teóricos aqui apresentados são sistematizados nos Quadros 1 a 5, assim como as conjecturas feitas sobre as implicações do bem-estar.

Autor	Objetivo	Vertente	Escopo	Principais resultados	Implicações para o bem estar
Leff (1964)	* relacionar a corrupção com o crescimento econômico * relacionar a corrupção e a burocracia nos países	Revisio- nista	Macro economia e Micro economia	* a corrupção é considerada benéfica em países em desenvolvimento * a corrupção acelera os processos burocráticos da economia, resultando em uma maior eficiência econômica	* a corrupção afeta positivamente o bem-estar da sociedade
Huntington (1968)	* analisar como a corrupção influencia no crescimento econômico dos países	Revisio- nista	Macro economia	* a corrupção agiliza os processos burocráticos dos países recém industrializados e incentiva o seu crescimento econômico	* a corrupção afeta positivamente o bem-estar da sociedade em países recém industrializados

Quadro 1: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 1

Fonte: Elaboração própria

Autor	Objetivo	Vertente	Escopo	Principais resultados	Implicações para o bem estar
Nye (1967)	* analisar os benefícios que o bem-estar pode trazer a uma nação	Revisio- nista	Macro economia	* a corrupção só é maléfica ao crescimento econômico do país, se a soma monetária subtraída por esta não é investida no seu país de origem	* a corrupção afeta positivamente o bem-estar econômico do país, desde que o dinheiro permaneça no seu país de origem
Johnson (1975)	* analisar economicamente os governos considerados corruptos nos países menos desenvolvidos	Revisio- nista	Macro economia	* a corrupção pode aumentar a taxa de crescimento nos países, desde que o agente corrupto invista a renda ilegal na economia do país	*a corrupção afeta positivamente o bem-estar econômico do país, desde que o dinheiro permaneça no seu país de origem
Bardhan (1997)	* analisar o fenômeno da corrupção segundo os aspectos microeconômicos	Revisio- nista	Micro economia	* a corrupção é vista como instrumento que otimiza a alocação de recursos na economia	* A alocação de recursos de forma eficiente pode contribuir para o bem-estar de forma ambígua, aumentando o bem-estar das instituições e diminuindo o bem-estar dos consumidores
Scott (1971)	* analisar as consequências da corrupção no âmbito macroeconômico	Revisio- nista	Macro economia	* a corrupção é capaz de integrar a sociedade politicamente e otimizar o processo produtivo	* O efeito sobre o bem-estar seria ambíguo, pois uma maior instituição política permitiria uma maior facilidade em conseguir implementar políticas públicas, mas ,por outro lado, não necessariamente.
David Osterfeld (1992)	* verificar os obstáculos ao desenvolvimento econômico	Revisio- nista e <i>Rent-Seeking</i>	Macro economia	* a corrupção expansiva maximiza a alocação e o uso dos recursos econômicos; *a corrupção restritiva é nociva, pois ela permite trocas ineficientes dentro do mercado.	* Os efeitos sobre o bem-estar também são ambíguos. A corrupção expansiva é capaz de gerar bem-estar, mas a corrupção restritiva tem um efeito negativo sobre o bem estar.

Quadro 2: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 2
Fonte: Elaboração própria

Autor	Objetivo	Vertente	Escopo	Principais resultados	Implicações para o bem estar
Klitgaard (1994)	* analisar os custos de oportunidade em combater ou não a corrupção.	Revisio- nista	Micro economia	* a corrupção deve ser combatida até o ponto em que os custos direcionados ao seu combate seja menor que os benefícios alcançados com sua redução.	*A corrupção pode trazer benefícios de bem -estar, desde que haja o nível ótimo de corrupção.
Henrique e Ramos (2011)	* analisar quantitativamente a relação existente entre corrupção e desenvolvimento dos estados de Pernambuco.	Revisio- nista	Macro economia	* a corrupção afeta positivamente os municípios onde o nível de corrupção é maior; *o lado negativo da corrupção é justificado pelas irregularidades na aplicação dos recursos	* O efeito do bem-estar é ambíguo. A corrupção afeta negativamente aquelas pessoas que foram afetadas pela má alocação dos recursos, e afeta positivamente as pessoas residentes dos municípios com maior índice de corrupção
Sobral (2014)	* verificar os efeitos da corrupção sobre o crescimento econômico no aspecto regional brasileiro	Revisio- nista	Macro economia	* em estados menos corruptos a corrupção estimula o crescimento, ao mesmo tempo que em estados mais corruptos ela reduz o crescimento; *existe um nível aceitável de corrupção.	* o efeito do bem-estar é ambíguo. Nos estados menos corruptos haverá um aumento do bem-estar, entretanto, em estados mais corruptos o bem-estar será afetado negativamente.
Méndez e Sepúlveda (2006)	*efeitos da corrupção sobre o crescimento de longo prazo	Revisio- nista	Macro economia	* a corrupção é considerada benéfica ao crescimento nos lugares onde seus níveis de incidência são baixos, caso contrário, é considerada destrutiva quando é encontrada em altos níveis	* o efeito do bem-estar é ambíguo. Nos lugares onde os níveis de corrupção são baixos haverá um aumento do bem-estar, caso contrário, o bem-estar será afetado negativamente.
Dartanto (2010)	* estudar a existência de uma relação linear entre corrupção e crescimento econômico nos municípios da Indonésia	Revisio- nista	Macro economia	* a corrupção é considerada benéfica ao crescimento nos lugares onde seus níveis de incidência são baixos, caso contrário, é considerada destrutiva quando é encontrada em altos níveis	* o efeito do bem-estar é ambíguo. Nos lugares onde os níveis de corrupção são baixos haverá um aumento do bem-estar, caso contrário, o bem-estar será afetado negativamente.

Quadro 3: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 3
Fonte: Elaboração própria

Autor	Objetivo	Vertente	Escopo	Principais resultados	Implicações para o bem estar
Rock e Bonnett (2004)	* testar a teoria de que a corrupção tem o efeito de reduzir e/ou retardar o crescimento nas economias recém industrializadas do Leste Asiático	Revisio- nista	Macro economia	* em novas economias industrializadas a corrupção promove um significativo crescimento econômico por meio das trocas estáveis; * comprovaram que a teoria de que a corrupção é um entrave ao crescimento na maioria dos países em desenvolvimento.	* o efeito do bem-estar será ambíguo. A corrupção afeta positivamente o bem-estar da sociedade em países recém industrializados, mas afetará negativamente o bem-estar de países em desenvolvimento.
Mauro (1996)	* estudar o impacto da corrupção sobre os agregados macro-econômicos	<i>Rent-Seeking</i>	Macro economia	* a corrupção tem um efeito negativo sobre o crescimento econômico, produtividade do setor público, investimento e instabilidade política.	* corrupção afeta negativamente o bem-estar da sociedade.
Mo (2000)	* analisar os efeitos da corrupção sobre a variável investimento.	<i>Rent-Seeking</i>	Macro economia e Micro economia	* a corrupção tem um impacto negativo sobre o crescimento econômico, retardando seu crescimento por meio de desincentivos ao investimento. Além disso, ela gera uma desigualdade de oportunidades dentro da economia.	* corrupção afeta negativamente o bem-estar da sociedade.
Svensson (2005)	* estudou a corrupção sobre as duas áreas econômicas, micro e macro.	<i>Rent-Seeking</i>	Macro economia e Micro economia	* a corrupção dificulta o desenvolvimento do país, contudo, no cenário cross-country, a pesquisa não encontrou evidências de que a corrupção afete o crescimento.	* microeconomicamente, a corrupção afeta negativamente o bem-estar da sociedade. Por outro lado, macroeconomicamente não há evidências de que o bem-estar é afetado.
Hayashi (2012)	* medir os efeitos da corrupção sobre o desenvolvimento dos países	<i>Rent-Seeking</i>	Macro economia	* confirmou que a corrupção afeta negativamente o desenvolvimento econômico do país, devido ao desincentivos aos investimentos.	* corrupção afeta negativamente o bem-estar da sociedade.

Quadro 4: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 4
Fonte: Elaboração própria

Autor	Objetivo	Vertente	Escopo	Principais resultados	Implicações para o bem estar
Carraro et al. (2006)	*analisar o comportamento das variáveis econômicas submetidas à corrupção.	<i>Rent-Seeking</i>	Macro economia	* cerca de 11% do PIB é tido como o custo da corrupção; *a presença de corrupção causou uma queda dos investimentos privados e do consumo das famílias, levando à uma queda na renda do Brasil.	* corrupção afeta negativamente o bem-estar da sociedade.
Gordin (2008)	* procurar uma relação entre os índices de percepção da corrupção e o produto interno bruto per capita de países latino americanos.	<i>Rent-Seeking</i>	Macro economia	* evidenciou uma relação negativa entre a corrupção e o crescimento econômico nesses países; * o grau de abertura da economia e tamanho do governo têm mais relevância que a corrupção no que diz respeito ao estímulo ou desestímulo do crescimento econômico.	* corrupção afeta negativamente o bem-estar da sociedade.

Quadro 5: As abordagens e vertentes da corrupção em economia – parte 5

Fonte: Elaboração própria

5. CONCLUSÃO

Seguindo a literatura teórica que estuda os efeitos nocivos e/ou benéficos da corrupção no ambiente econômico, o presente trabalho tem como principal objetivo investigar dentro da literatura econômica estudos acerca das implicações da corrupção para o bem-estar social. Além disso, o trabalho propõe algumas questões sobre corrupção levantadas pela teoria econômica com o objetivo de criar uma linha de pensamento. A expectativa é que os objetivos tenham sido alcançados, afim de que o trabalho sirva como ponto de partida para novos estudos que contribuam com a gama de pesquisas sobre corrupção nos limites da teoria econômica.

Na intenção de investigar como a literatura econômica trata o tema da corrupção, foi feita uma pesquisa empírica que dividiu os autores entre aqueles que pesquisaram sobre a corrupção na área microeconômica e aqueles que pesquisaram sobre a corrupção na área macroeconômica. Entre os autores que trabalharam com a abordagem microeconômica, estes utilizaram-se de instrumentos pertencentes à teoria para explicar o comportamento corrupto, como a assimetria de informação, o problema do “carona, a “tragédia dos comuns”, o problema dos bens públicos, a racionalidade dos agentes, a Teoria do Agente- Principal, além das externalidades. Contudo, foi observado que o principal modelo econômico usado para explicar a corrupção sob a ótica microeconômica foi a teoria do principal-agente com as informações assimétricas, onde devido à presença de informações assimétricas, o agente ao possuir mais informações que o principal terá incentivos para agir sobre seu próprio interesse.

Por outro lado, foi verificado que as pesquisas destinadas ao estudo da corrupção sob a ótica macroeconômica tendem a verificar o comportamento das variáveis quando submetidas à corrupção e destacar seus efeitos positivos ou negativos ao crescimento econômico. Diante disso, a literatura que trata dos efeitos da corrupção sobre o crescimento econômico é dividida em duas correntes, a revisionista (acredita que a corrupção pode ser benéfica ao crescimento econômico) e a *Rent-Seeking* (acredita nos efeitos maléficos da corrupção sobre o crescimento econômico). De acordo com a amostra de pesquisas selecionadas, foi observado um número maior de autores que concordam que níveis baixos de corrupção, em certas exceções, é

considerado um estímulo ao crescimento econômico (corrente revisionista). É importante destacar que dentre os autores da corrente *rent-seeking*, os efeitos negativos da corrupção foram justificados devido aos desestímulos dos investimentos privados na economia.

Em contrapartida, para atingir o objetivo geral deste trabalho foram feitas conjecturas sobre as implicações da corrupção para o bem-estar social devido à falta de trabalhos que relacionem de maneira direta os dois temas. Assim, foi verificado que os efeitos da corrupção sobre o bem-estar aparecem de forma ambígua, visto que o comportamento corrupto irá gerar uma externalidade negativa àqueles agentes que tiveram seus recursos desviados ou não receberam os recursos que deveriam ser direcionados à eles, neste sentido a externalidade negativa é a perda de bem-estar desses agentes, mas a externalidade positiva gerada àqueles que desviaram os recursos para si tiveram ganhos de bem-estar. Dito de uma forma macroeconômica, a corrupção ao diminuir os investimentos da economia devido aos riscos de retorno destes, irá comprometer uma parcela do PIB per capita, afetando diretamente a variável renda da população, diminuindo assim seu bem-estar e aumentando o bem estar dos tomadores de renda.

Ainda que os objetivos da pesquisa tenham sido alcançados, os estudos sobre corrupção não foram ainda totalmente explorados causando limitações aos trabalhos que investigam o tema. Devido à subjetividade que existe por detrás da corrupção, já que esta é intimamente ligada ao ser humano, os estudos sobre este tema ainda mais complexos e restritos ao campo da psicologia e sociologia. Além disso, esses obstáculos encontrados no estudo da corrupção faz com que os indicadores utilizados para a mensuração possuam grandes limitações. Assim como os indicadores de corrupção, o indicadores de bem-estar também possuem falhas, por excluírem de sua metodologia variáveis de grande importância tornando-os impossíveis de ser mensurados com exatidão. Apesar disto, é de grande relevância analisar as consequências da corrupção para o bem-estar da sociedade para as tomadas de decisões políticas e econômicas do governo.

Os resultados da pesquisa mostram que a relação entre corrupção e bem-estar ainda não está totalmente clara. Portanto, trabalhar com o foco na Teoria do Bem-Estar seria um caminho para trabalhos futuros. Além disso,

incluir a corrupção nos modelos de finanças públicas seria uma boa opção para elaborar uma melhor análise da corrupção acerca do bem-estar e obter novos resultados que contribuam com a literatura.

6. REFERÊNCIAS

ANAND, S.; SEN, A. **Human development index: methodology and measurement**. New York: UNDP, 1994. 25 p.

ARROW, Kenneth J. Uncertainty and the welfare economics of medical care. **The American economic review**, v. 53, n. 5, p. 941-973, 1963.

AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 28, 1995.

BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia aplicada à análise da economia brasileira**. Edusp, 2004.

BARDHAN, P. (1997), Corruption and Development: A Review of Issues, **Journal of Economic Literature**, 35, 1320-1346.

CARRARO, A.; FOCHEZATTO, A.; HILBRECHT, R. O. **O impacto da corrupção sobre o crescimento econômico do Brasil: aplicação de um modelo de equilíbrio geral para o período 1994-1998**. In: Encontro Nacional de Economia (ANPEC), XXXIV, 2006, Salvador-BA. 2006. Anais... Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A057.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2015.

CARVALHO, J. M. de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo. Uma discussão conceitual". Dados- **Revista de Ciências Sociais**, v. 40, nº 2, 1997

CLETO, Carlos; DEZORDI, Lucas. **Políticas econômicas**. Coleção gestão empresarial, caderno, v. 2, 2002.

DARTANTO, T. **The relationship between corruption and public investment at the municipalities' level in Indonesia**. MPRA Paper No. 23736. Disponível em:< <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/23736/>>. Acesso em: 10/09/2015.

DIENER, Ed; SELIGMAN, Martin EP. Beyond money toward an economy of well-being. **Psychological science in the public interest**, v. 5, n. 1, p. 1-31, 2004.

EASTERLIN, R.A. (1996). Growth triumphant: **The twenty-first century in historical perspective**. Ann Arbor: University of Michigan Press.

ELSTER, Jon. **Making sense of Marx**. Cambridge University Press, 1985.

FAORO, R. **Os donos do poder**, 3ª ed., Rio de Janeiro, Globo, 2001, p. 836.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 386-421, 2009.

FREY, B.S.; STUTZER, A. The economics of happiness. **World Economics**, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2002.

GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito; DIVINO, José Angelo. Uma análise da ciclicidade da política fiscal brasileira. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 43, n. 4, p. 711-743, 2013.

GARCIA, R. L., **A Economia da Corrupção – Teoria e Evidências – Uma Aplicação ao Setor de Obras Rodoviárias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2003. 360p. (Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS).

GIAMBIAGI, Fabio; DE ALÉM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Elsevier Brasil, 2008.

GORDIN, Felipe de Oliveira. **Corrupção e crescimento econômico na América Latina**. 2008.

HAYASH, F.E.H. **O IMPACTO DA CORRUPÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES**. (2012). Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d8ab1a52f058358b>

HELLIWELL, J.F.; HUANG, H. How's the job? Well-being and social capital in the workplace. **Industrial & Labor Relations Review**, v. 63, n. 2, p. 205-227, 2010.

HENRIQUE, Angélica da Trindade. **Corrupção e gastos públicos: um estudo empírico para os municípios de Pernambuco**. 2011.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. 195 p.

HUNTINGTON, S. (1968), *Political Order in Changing Societies*, **Yale University Press**, New Haven, Connecticut

JOHNSON, Omotunde E. G. (1975). **An Economic Analysis of Corrupt Government, With Special Application to Less Developed Countries**. **Kyklos**, vol.28, 1975, fasc.1, p.47-61.

KLITGAARD, Robert. **Corrupção sob controle**. Rio de Janeiro, Editora Zahar,1994.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc. **International trade: theory and policy**. Pearson, 2015.

LEFF, N. **Economic development through bureaucratic corruption**. *American Behavioral Scientist*, 8, pág 8-14, 1964.

LIPSET, M. & LENZ, G. 2000. **Corruption, Culture, and Markets**. In : HARRISON, L. & HUNTINGTON, S. (eds.). *Culture Matters : How Values Shape Human Progress*. New York : Basic Books.

MAHLBERG, B., OBERSTEINER, M. Remeasuring the IDH by data envelopment analysis. Laxenburg, Austria: **International Institute for Applied System Analysis**, 2001b. 31 p. (Interim Report IR-01-069).

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MAURO, P. **Corruption and Growth. In: Quarterly Journal of Economics**, 60, p. 681-712. 1995 Disponível em: <http://homepage.ntu.edu.tw/~kslin/macro2009/Mauro%201995.pdf> Acesso em: 20 mar. 2013

MELO, Marcus (1996). *Governance e reforma do Estado: o paradigma agente x principal. Revista do Serviço Público*, Brasília, ENAP, vol. 120, jan./abr.

MÉNDEZ, S., SELPÚVEDA, F. **Corruption, growth and political regimes: cross country evidence.** Disponível em: <http://econrsss.anu.edu.au/~facundo/corruption%20EJPE%20final.pdf> Acesso em: 16 jun 2013

MÉON, Pierre-Guillaume e WEILL, L. (2010), **Is Corruption an Efficient Grease?**, *World Development*, 38, 244-259.

MO, P. H. Corruption and Economic Growth. **Journal of Comparative Economics** 29: 66–79. 2001.

MONTINOLA, Gabriella R.; JACKMAN, Robert W. Sources of corruption: a cross-country study. **British Journal of Political Science**, v. 32, n. 01, p. 147-170, 2002.

MULLER, E. & SELIGSON, M. 1994. Civic Culture and Democracy : The Question of Causal Relationships. **American Political Science Review, Cambridge**, v. 88, n. 3, p. 645-652, Sept.

NYE, J. S. Corruption and political development a cost-benefit analyses. In: **American Political Science Association**, v. 61, n. 2, 1967.

OSBERG, L. An index of economic well-being for selected OECD countries. **Review of Income and Wealth, San Francisco**, v. 48, n. 3, p. 291-316, 2002.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomics**, 6. Auflage, New Jersey, p. 613-640, 2005.

PODOBNIK, B.; SHAO, J.; NJAVARO, D.; IVANOV, P. C.; STANLEY, H. E. **Influence of corruption on economic growth rate and foreign investment.**

Eur. Phys. J. B 63, 547–550 (2008) DOI: 10.1140/epjb/e2008-00210-2. Disponível em: < <http://polymer.bu.edu/hes/articles/psnis08.pdf> > Acesso em: 20 mar. 2013.

Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Organizadoras: Maria Francisca Pinheiro Coelho, Luziele Maria de Souza Tapajós e Monica Rodrigues. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **UNESCO**, 2010.

POWER, T.J.; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 51-69, 2003.

ROCHA, S. H.; RAMOS, F. S. **O impacto da eficiência da gestão municipal: indicadores e mensuração**. In: CONIC UFPE, XVIII, 2010, Recife-PE. 2010. Anais... Recife-PE: UFPE, 2010. Disponível em: <[http://www.contabeis.ufpe.br/conic/images/cd/conic/pibic/60/Resumo_CONIC_10060634P O.pdf](http://www.contabeis.ufpe.br/conic/images/cd/conic/pibic/60/Resumo_CONIC_10060634P_O.pdf)> Acesso em: 11 jul. 2013.

ROCK, M. e BONNETT, H. (2004), **The Comparative Politics of Corruption: Accounting for the East Asian Paradox in Empirical Studies of Corruption**, Growth and Investment, *World Development*, 32, 999-1017.

SCHANSBERG, D. Eric; OSTERFELD, David. **Prosperity versus Planning: How Government Stifles Economic Growth**. 1994.

SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda. **Corrupção e os seus efeitos sobre a dinâmica do crescimento econômico regional: uma análise do caso brasileiro**. 2014.

SVENSSON, J. (2005), Eight Questions about Corruption, *Journal of Economic Perspectives*, 19, pp. 19-42.

VARIAN, H.R.; REPCHECK, J. **Intermediate microeconomics: a modern approach**. New York: WW Norton, 2010.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia-princípios básicos**. Elsevier Brasil, 2006.